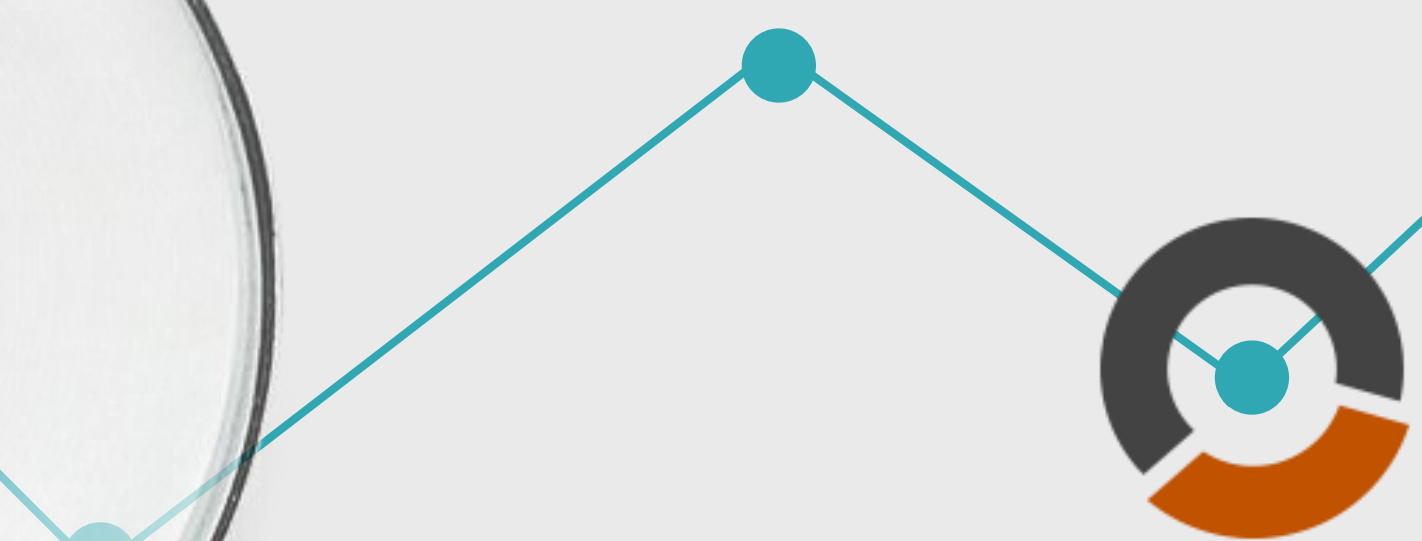


# ANÁLISE DOS RELATÓRIOS FISCAIS DO ESTADO DE GOIÁS

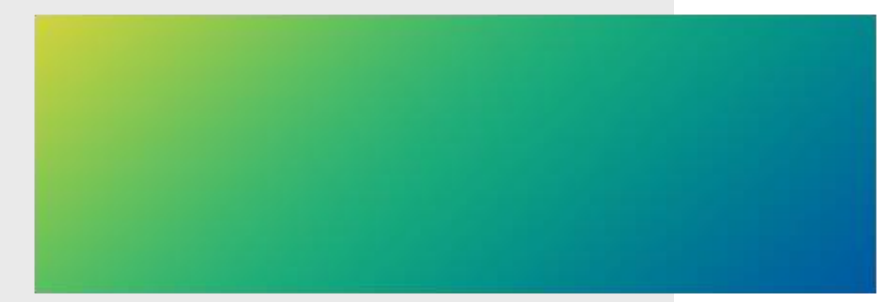
*6º Bimestre (RREO) e 3º Quadrimestre (RGF)  
Janeiro a Dezembro de 2019*

SECRETARIA DA ECONOMIA





Subsecretaria do Tesouro Estadual  
Superintendência Contábil  
Gerência de Contas Públicas



# Principais Resultados do RREO do 6º Bimestre de 2019

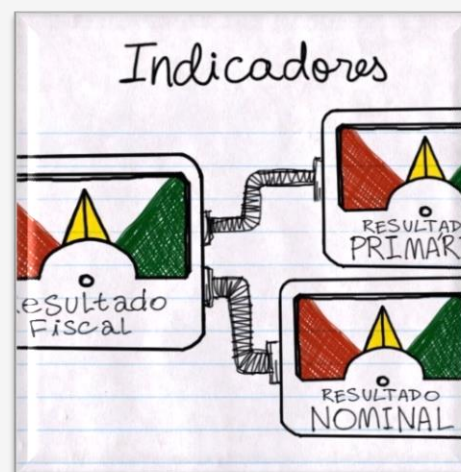
ECONOMIA  
Secretaria de  
Estado da  
Economia



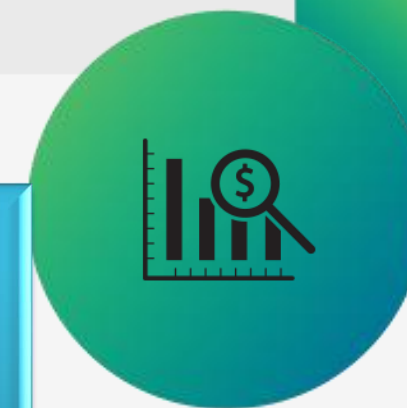
Subsecretaria do Tesouro Estadual



Resultado  
Orçamentário  
Superávit R\$ 0,52 bi



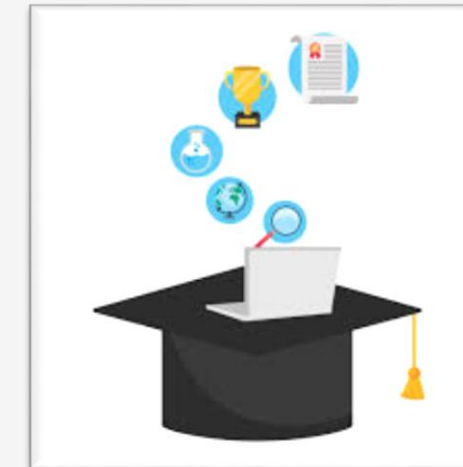
Resultado Primário  
R\$ 2,32 bilhões



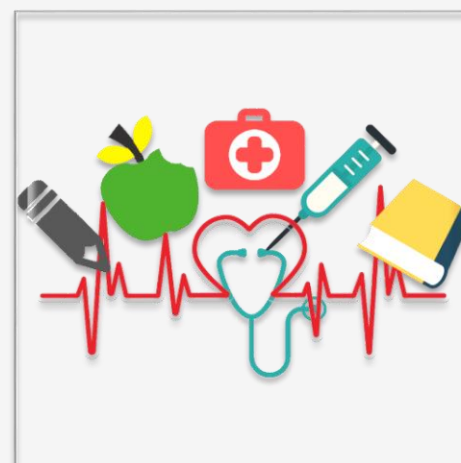
RCL: R\$ 24,54 bilhões



Vinculação  
Educação (MDE)  
25,28%



Déficit Previdência:  
R\$ 2,92 bilhões



Vinculação Saúde  
(ASPS) 12,35%

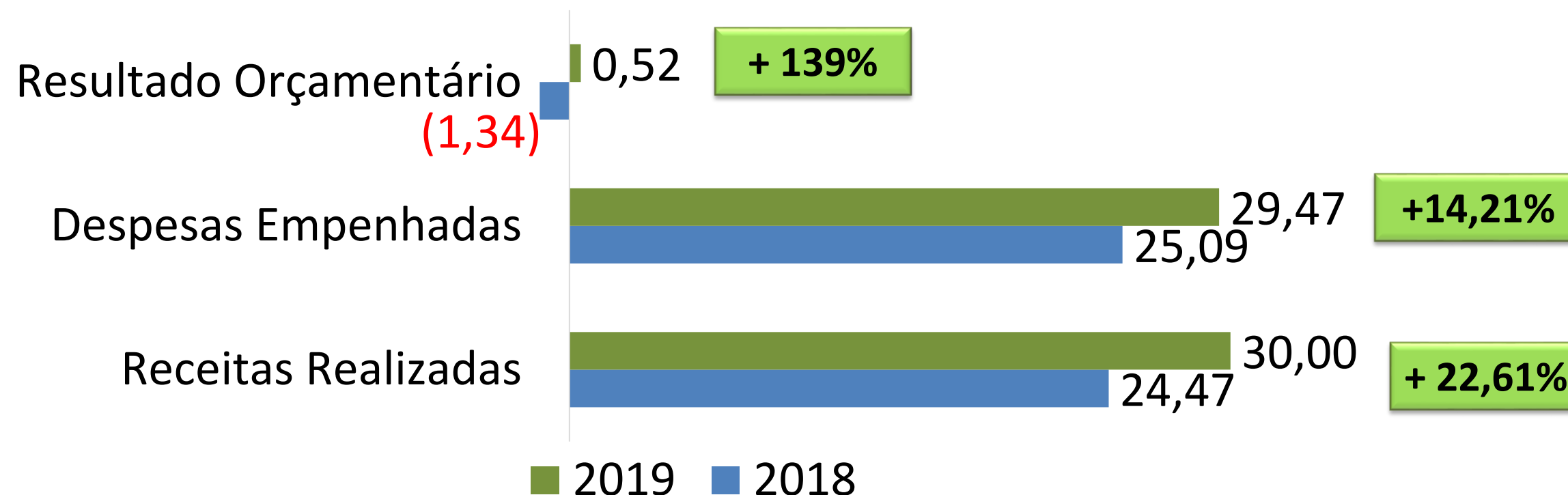
# Resultado Orçamentário

ECONOMIA  
Secretaria de  
Estado da  
Economia



6º Bimestre: Janeiro a Dezembro de 2019

R\$ Bilhões



## Principais Conclusões:

- **Despesas Empenhadas:** aumento de 23,02% das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais (empenho das DEAs referente a salários de 2018 + a folha de dez/2019).
- **Receitas Realizadas:**
  - Receitas Correntes: crescimento atrelado a Tributos (15,73%) e das Transferências Correntes(15,30%);
  - Receitas de Capital: aumento em 423,25%, decorrente de receitas extraordinárias de R\$ 1,8 bi de depósitos judiciais e R\$ 46 milhões de venda de direitos sobre a exploração de recursos hídricos, fazendo com que sua participação na Receita Orçamentária aumente de 1,72% (2018) para 7,36% (2019);

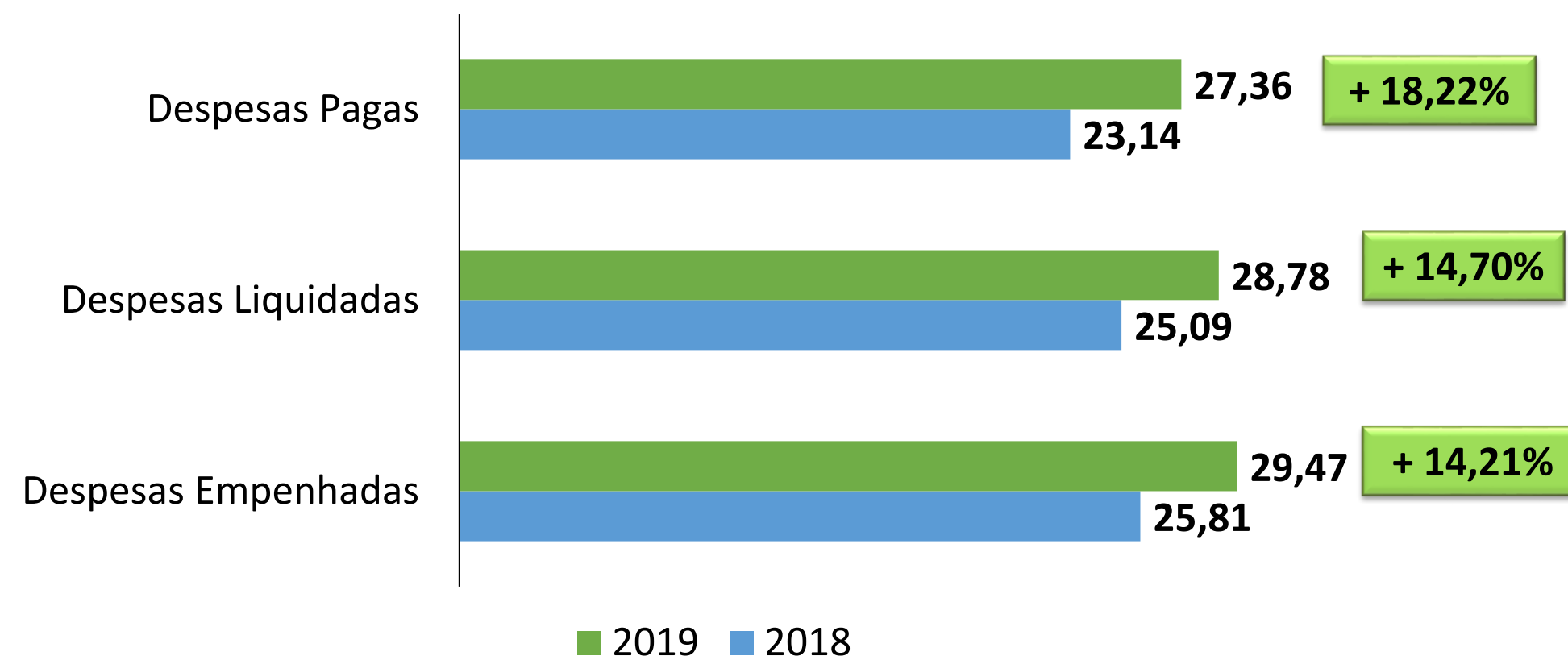
# Balanço Orçamentário por tipo de Despesa

ECONOMIA  
Secretaria de  
Estado da  
Economia



6º Bimestre: Janeiro a Dezembro de 2019

R\$ Bilhões



## Principais Conclusões:

- O aumento das Despesas (Empenhadas, Liquidadas ou Pagas) se deveu ao crescimento das Despesas Correntes, pois, em todos os casos, as Despesas de Capital apresentaram queda (suspensão da Dívida);
  - ✓ Pessoal e Encargos Sociais (15 folhas em 2019) foi o item de maior crescimento das Despesas Correntes (Empenhada = 23,08%; Liquidada = 23,02% e Pagas = 28,67%);
- Apesar do crescimento dos estágios da despesa, a distância entre a Liquidação e o Pagamento se reduziu, o que demonstra uma melhor programação financeira;

# Receita Corrente Líquida - RCL

ECONOMIA  
Secretaria de  
Estado da  
Economia



6º Bimestre: Janeiro a Dezembro de 2019

R\$ Bilhões

	2018	2019	Variação - %
<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>29,820</b>	<b>33,825</b>	<b>13,43%</b>
<b>Impostos, Taxas e Contr. de Melhoria</b>	<b>20,372</b>	<b>23,031</b>	<b>13,05%</b>
ICMS	15,691	17,026	8,51%
IPVA	1,422	1,575	10,73%
ITCD	0,387	0,307	-20,49%
IRRF	1,382	2,083	50,70%
Outros Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	1,490	2,040	36,90%
<b>Contribuições</b>	<b>1,054</b>	<b>1,309</b>	<b>24,24%</b>
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>0,196</b>	<b>0,285</b>	<b>45,37%</b>
<b>Receita de Serviços</b>	<b>1,863</b>	<b>1,872</b>	<b>0,46%</b>
<b>Transferências Correntes</b>	<b>5,240</b>	<b>5,977</b>	<b>13,25%</b>
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>1,094</b>	<b>1,393</b>	<b>27,27%</b>
<b>DEDUÇÕES</b>	<b>(8,522)</b>	<b>(9,329)</b>	<b>8,97%</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>21,298</b>	<b>24,539</b>	<b>15,21%</b>

## Principais Conclusões:

- As Receitas Tributárias aumentaram 13,05%:
  - ✓ IRRF: + 50,70%, (15 Folhas de Pessoal);
  - ✓ ICMS: + 8,51% (Combustível, Indústria, Comércio e Energia Elétrica) => i) efeitos da Lei 20.367/18, ii) reajustes de preços da energia elétrica, iii) combate à sonegação.
  - ✓ IPVA: + 10,53% => refis e ações de fiscalização – Fiscalização Inteligente Seletiva (FIS).
  - ✓ ITCD: -20,49%, devido a efeito atípico de 2018 que provocou antecipação de pagamentos;
- Transferências aumentaram 13,25%: FPE (7,34%) e FUNDEB (9,85%);
- Deduções aumentaram 8,97%: Contribuições ao RPPS/RPPM (23,84%) e Dedução para a Formação do FUNDEB (38,97%);

# Resultado Previdenciário

ECONOMIA  
Secretaria de  
Estado da  
Economia



6º Bimestre: Janeiro a Dezembro de 2019

R\$ Bilhões



## Principais Conclusões:

- **Receitas Previdenciárias:** pagamento das 15 Folhas (R\$ 1,31 bi de Contribuições dos Servidores, sendo R\$ 1,0 bi dos Ativos e R\$ 0,31 bi dos Inativos e Pensionistas; R\$ 1,99 bi de Contribuições Patronais) ;
- **Despesas Previdenciárias:** crescimento do quantitativo de inativos (%);
- **Resultado Previdenciário:** aumento do déficit em 21,25%;
  - ✓ Em 2019, a razão de dependência ativos/inativos ficou em 0,92 (62.326 ativos contra 67.782 inativos em 2019), demonstrando a insustentabilidade financeira no regime atual.

# Razão de Dependência (Previdência)

6º Bimestre: Janeiro a Dezembro de 2019



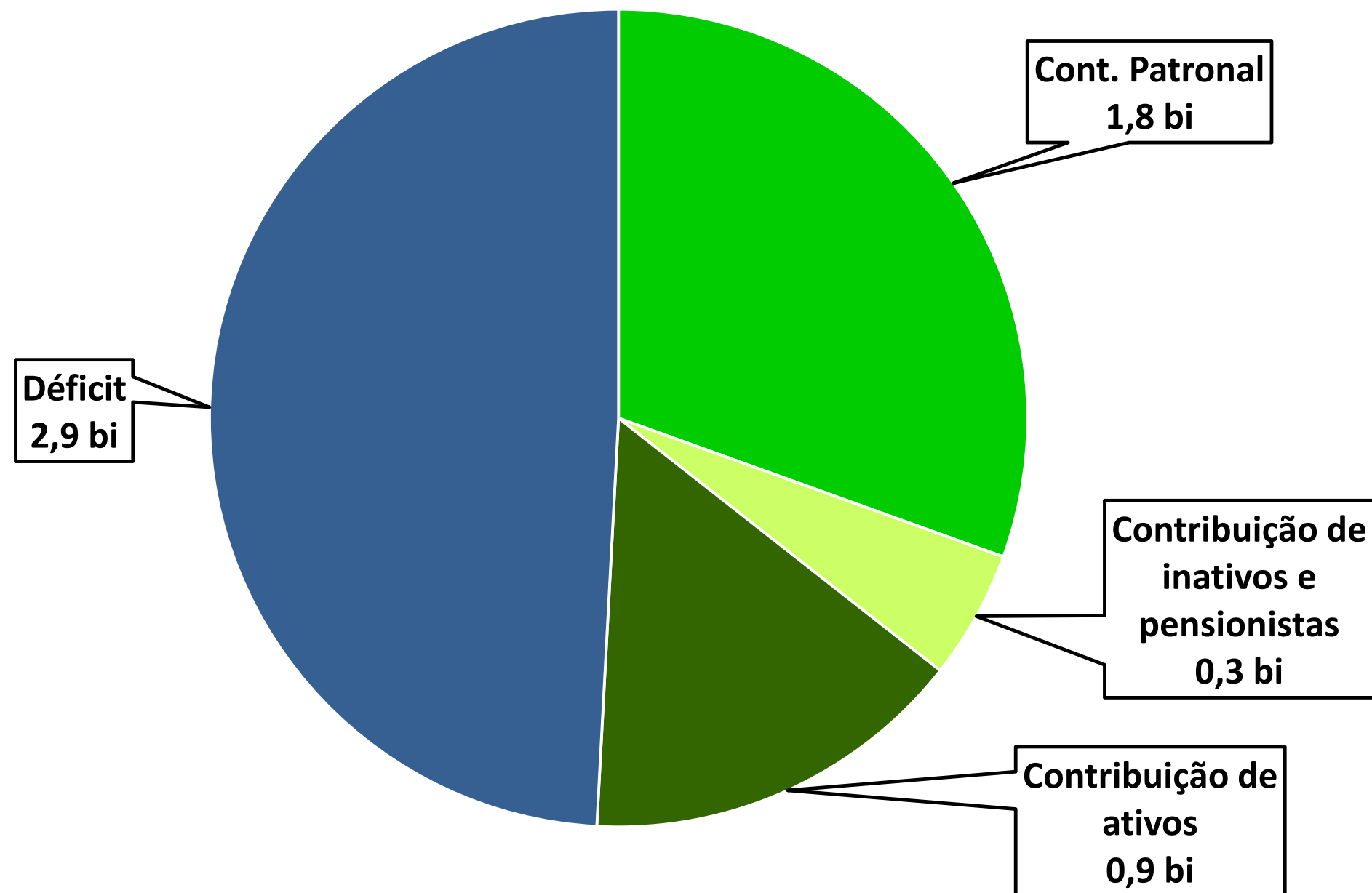


# Insustentabilidade Fiscal

6º Bimestre: Janeiro a Dezembro de 2019

R\$ Bilhões

Folha de Inativos 2019



## Principais Conclusões:

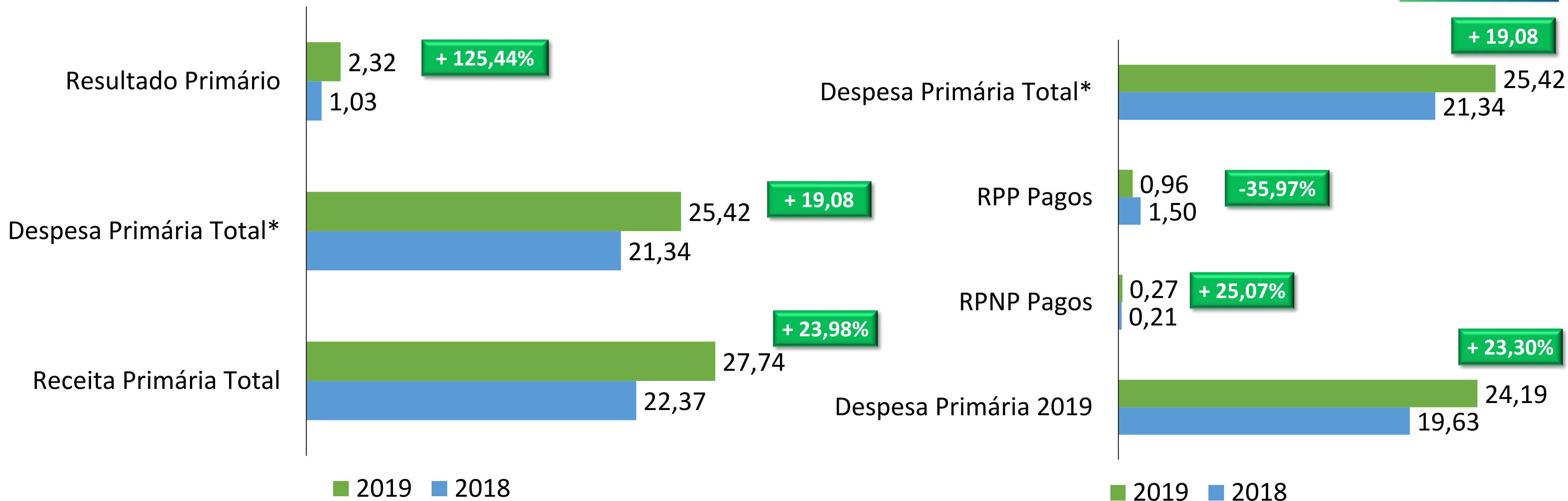
$$\begin{array}{rcccl} 2,9 & + & 1,8 & = & 4,7 \text{ bilhões} \\ \uparrow & & \uparrow & & \uparrow \\ \text{Déficit} & & \text{Cont. Patronal} & & \text{Custo para o Estado} \end{array}$$

- 80% do total da folha de Inativos e pensionistas é coberto pelo Estado.

# Resultado Primário

6º Bimestre: Janeiro a Dezembro de 2019

R\$ Bilhões



Meta LDO 2018:  
R\$ 12,9 milhões  
(superávit)

Meta LDO 2019:  
R\$ - 6,36 bi (déficit)

**ATENÇÃO: No Resultado Primário, não são considerados os RAPs dos Juros e Encargos da Dívida e da Amortização da Dívida!**

Fonte: RREO – Anexo 6 – Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal – 6º Bimestre de 2018 e 2019

\* Despesas primárias apuradas na ótica de caixa, ou seja, despesas pagas + RPP pagos + RPNP pagos

# Receitas Primárias

ECONOMIA  
Secretaria de  
Estado da  
Economia



6º Bimestre: Janeiro a Dezembro de 2019

R\$ Bilhões

## Principais Conclusões:

➤ **Receita Primária Total:** +24%.

➤ **Receita Primária Corrente:** + 15,89%.

✓ aumento nos tributos (15,73%) e nas transferências (15,30%) decorrem da elevação das repasses do FUNDEB e do FPE.

➤ **Receita Primária de Capital:** + 947%.

✓ Receita extraordinária de R\$ 1,8 bi de depósitos judiciais (Outras receitas de capital primárias);

✓ Receita extraordinária de R\$ 46 milhões de venda de direitos sobre a exploração de recursos hídricos (Alienação de Bens)

	Valores		% do Total		Varição
	2018	2019	2018	2019	2019/2018
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES</b>	<b>22,180</b>	<b>25,704</b>	<b>99,13%</b>	<b>92,66%</b>	<b>15,89%</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13,514	15,640	60,40%	56,38%	15,73%
Contribuições	1,054	1,309	4,71%	4,72%	24,24%
Receita Patrimonial	0,196	0,285	0,88%	1,03%	45,37%
(-) Aplicações Financeiras	0,146	0,111	0,65%	0,40%	-23,69%
Transferências Correntes	4,653	5,364	20,79%	19,34%	15,30%
Demais Receitas Correntes	2,958	3,265	13,22%	11,77%	10,38%
(-) Outras Receitas Financeiras	0,049	0,048	0,22%	0,17%	-0,78%
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL</b>	<b>0.194</b>	<b>2.035</b>	<b>0.87%</b>	<b>7.34%</b>	<b>946.84%</b>
Receita de Capital	0,393	2,054	1,75%	7,40%	423,21%
(-) Operações de Crédito	0,173	0,006	0,77%	0,02%	-96,42%
(-) Amortização de Empréstimos	0,013	0,012	0,06%	0,04%	-3,98%
(-) Receitas de Alienação de Investimentos Temporários	0,002	0	0,01%	0,00%	0,00%
(-) Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes	0,011	0	0,05%	0,00%	0,00%
(-) Outras Receitas de Capital Não Primárias	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL</b>	<b>22,374</b>	<b>27,739</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>23,98%</b>

Fonte: RREO – Anexo 6 – Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal – 6º Bimestre de 2018 e 2019

- Trata-se das despesas primárias para apuração do resultado primário, ou seja, despesas pagas + RPP pagas + RPNP pagas
- Nota: No cálculo da Despesa Primária Total são excluídas as despesas dos grupos 2 (Juros e Encargos da Dívida) e 6 (Amortização da Dívida).

# Despesas Primárias

6º Bimestre: Janeiro a Dezembro de 2019

R\$ Bilhões

<b>DESPESAS PRIMÁRIAS</b> <i>(incluídos os Restos a Pagar pagos)</i>	<b>Valores Pagos</b>		<b>Variação</b>
	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2019/2018</b>
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES</b>	<b>18,632</b>	<b>23,802</b>	<b>27,75%</b>
Despesas Correntes	20,078	24,824	23,64%
<i>Pessoal e Encargos</i>	14,278	17,820	20,02%
<i>(-) Juros e Encargos da Dívida</i>	1,148	0,652	-43,22%
<i>Outras Despesas Correntes</i>	5,800	7,004	20,76%
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL</b>	<b>1,265</b>	<b>0,591</b>	<b>-53,29%</b>
Despesas de Capital	2,041	1,080	-47,07%
<i>Investimentos</i>	1,185	0,528	-55,47%
<i>Inversões Financeiras</i>	0,080	0,063	-21,29%
<i>(-) Amortização da Dívida</i>	0,776	0,489	-36,92%
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL</b>	<b>21,343</b>	<b>25,415</b>	<b>19,08%</b>

## Principais Conclusões:

➤ **Despesa Primária Total: +19,08%**

☐ **Despesas Primárias Correntes: + 27,75%.**

✓ Pessoal e Encargos: +20,02% (15 folhas);

✓ Custeio: 20,76% (pagamento de DEAs)

☐ **Despesa Primárias de Capital: -53,29%**

✓ Investimentos: -55,47% (CAPAG C - impossibilidade de captação de recursos)

Fonte: RREO – Anexo 6 – Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal – 6º Bimestre de 2018 e 2019

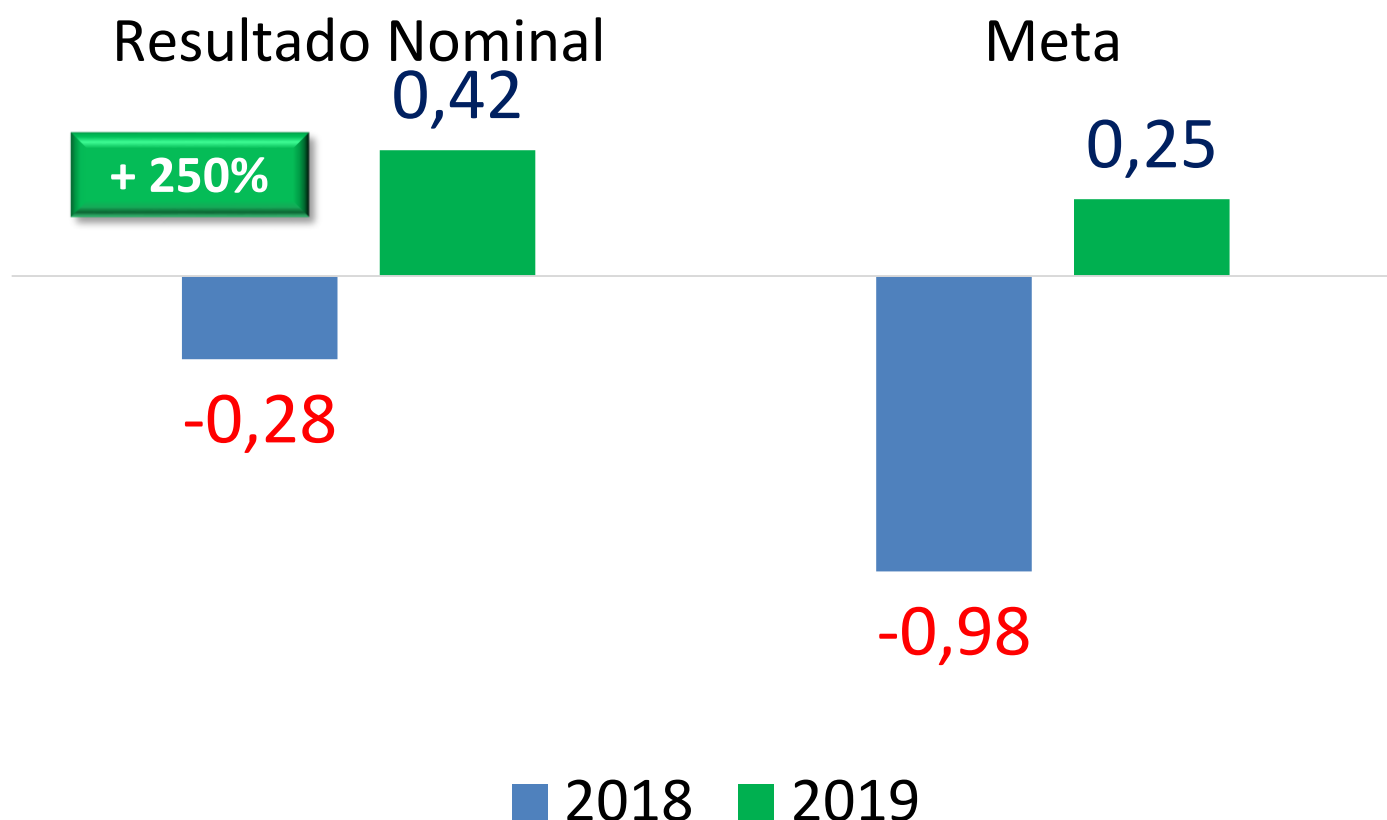
• Trata-se das despesas primárias para apuração do resultado primário, ou seja, despesas pagos + RPP pagos + RPNP pagos.

• Nota: No cálculo da Despesa Primária Total são excluídas as despesas dos grupos 2 (Juros e Encargos da Dívida) e 6 (Amortização da Dívida).

# Resultado Nominal

6º Bimestre: Janeiro a Dezembro de 2019

R\$ Bilhões



## Principais Conclusões:

- Resultado Nominal apurado pela variação da DCL de 2018/2019:
  - ✓ **Dívida Consolidada:** + 5,27% (suspensão do pagamento da dívida);
  - ✓ **Dívida Consolidada Líquida:** - 2,13% (redução devido a disponibilidade caixa de R\$ 1,45 bilhão)
    - Em 2018 não houve dedução, pois a disponibilidade foi menor que os RP Processados no exercício.

	2018 (A)	2019 (B)	Diferença (A-B)	Varição %
<b>Dívida Consolidada (I)</b>	<b>19,635</b>	<b>20,670</b>	<b>-1.035</b>	<b>5,27%</b>
Deduções (II) = (a+b)	0	1,454	-1,454	-
Disponibilidade de Caixa (a) = (a.1 – a.2)	0	1,454	-1,545	-
Disponibilidade de Caixa Bruta (a.1)	1,557	2,959	-1,402	90,00%
(-) Restos a Pagar Processados (a.2)	2,094	1,505	0,589	-28,13%
Demais Haveres Financeiros (b)	0	0	0	-
<b>Dívida Consolidada Líquida (III = I-II)</b>	<b>19,635</b>	<b>19,216</b>	<b>0,419</b>	<b>-2,13%</b>
<b>% da DCL sobre a RCL</b>	<b>92,19%</b>	<b>78,31%</b>	<b>-13,88%</b>	<b>-15,06%</b>

# Limite para as Despesas Primárias Correntes

ECONOMIA  
Secretaria de  
Estado da  
Economia



6º Bimestre: Janeiro a Dezembro de 2019

R\$ Bilhões

TETO DE GASTOS (ART. 4º DA LC 156/16)	DESPESAS EMPENHADAS	
	2018	2019
<b>DESPESAS CORRENTES (A)</b>	<b>27,91</b>	<b>32,62</b>
Pessoal e Encargos Sociais	15,71	19,18
Juros e Encargos da Dívida (B)	1,15	1,29
Outras Despesas Correntes	11,05	12,14
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (C) = (A - B)</b>	<b>26,75</b>	<b>31,33</b>
Transferências Constitucionais (D)	4,47	4,82
Contribuições para o PIS/PASEP (E)	0,24	0,26
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES APURADAS (F) = (C - D - E)</b>	<b>22,05</b>	<b>26,25</b>
Limite para as Despesas Primárias Correntes fixado no Termo Aditivo da Dívida* (G)	21,43	22,35
<b>Resultado entre o Limite p/ Desp. Prim. Cor e o Vlr Empenhado Exerc. (H = F - G)</b>	<b>0,62</b>	<b>3,90</b>

## Principais Conclusões:

➤ O limite para as Despesas Primárias Correntes para o exercício de 2019 foi de **R\$ 22,35 bilhões**, portanto, o Estado ultrapassou em **R\$ 3,90 bilhões**. (R\$ 26,25 bi – R\$ 22,35 bi).

❑ **\*Composição do limite:** Despesas Primárias Correntes de 2017: R\$ 20,65 bilhões, corrigido pelo IPCA (2018: 3,75% e 2019: 4,31%)

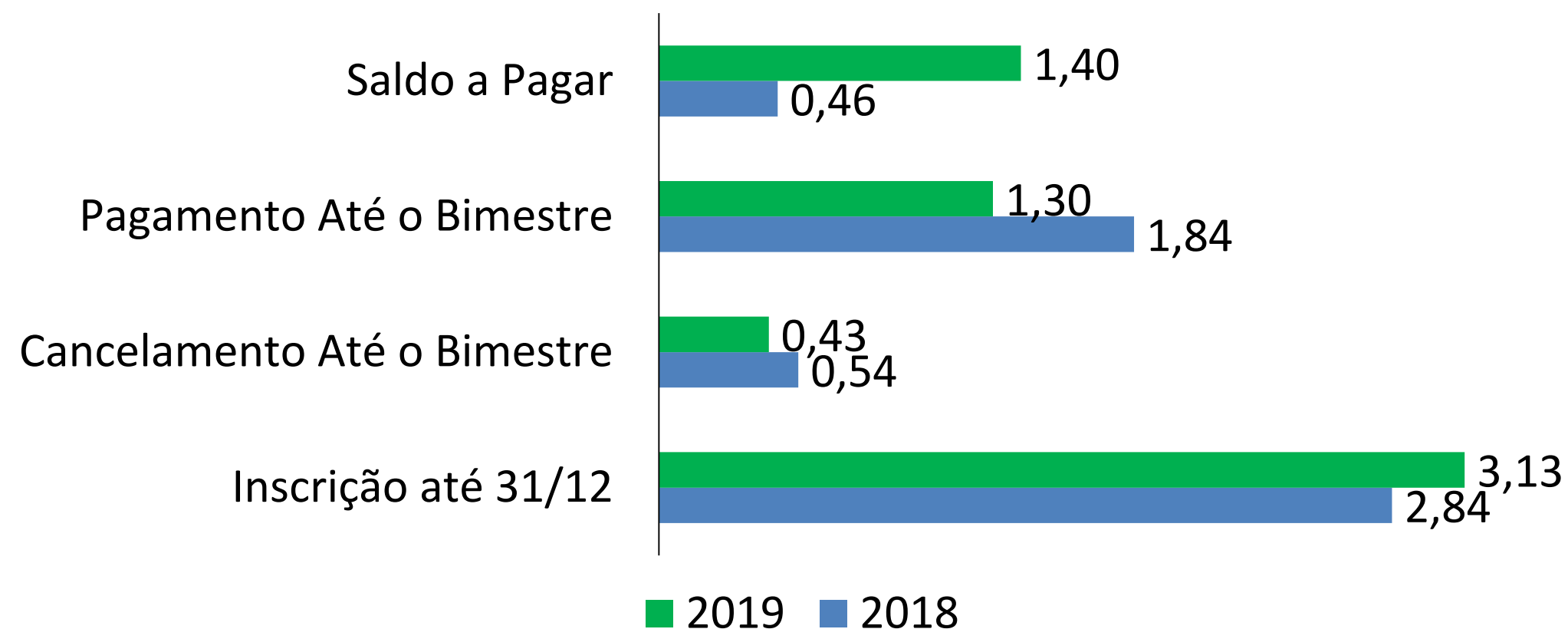
Fonte: RREO – Anexo 6 – Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal – 6º Bimestre de 2018 e 2019

\* Cumprimento do Limite para as Despesas Primárias Correntes apurados nos termos do art. 4º da LC nº 156/16.

# Restos a Pagar

6º Bimestre: Janeiro a Dezembro de 2019

R\$ Bilhões



## Principais Conclusões:

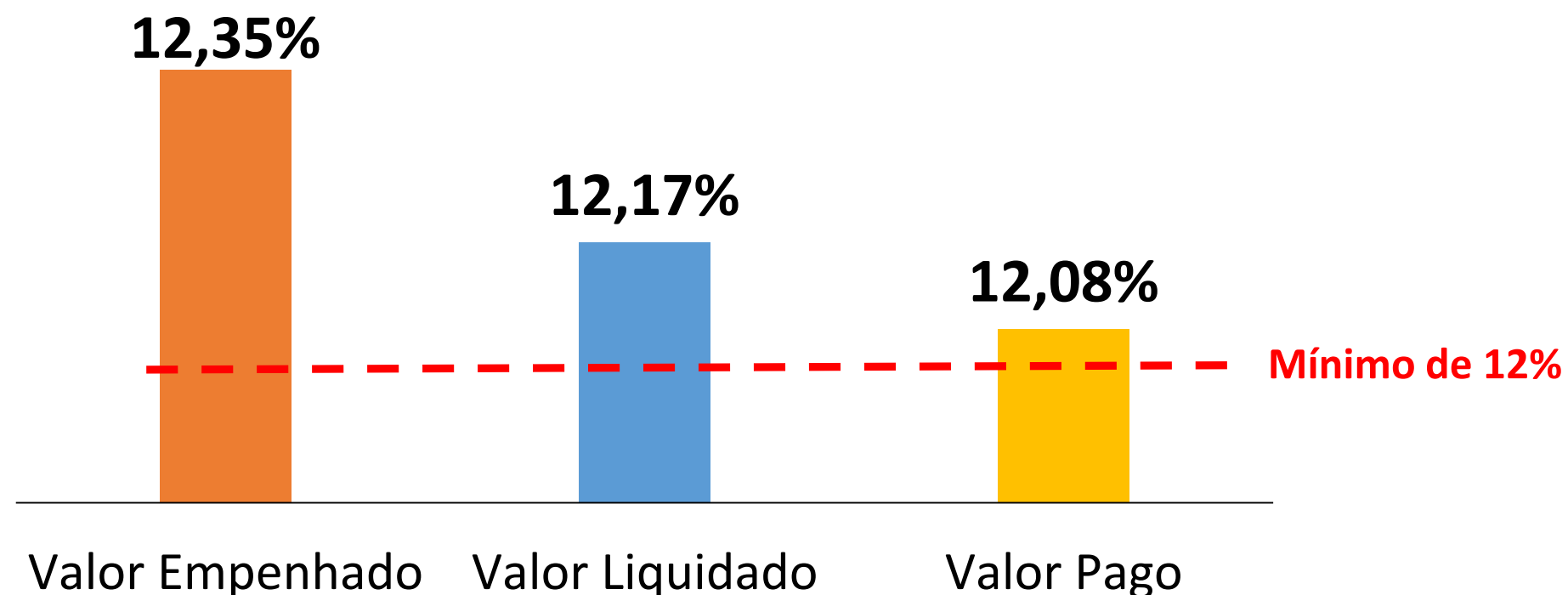
- **Inscrição de RP:** +9,90%
- **Cancelamentos:** -21,23% (estoque encontra-se em processo de certificação – LC 133/2017)
- **Pagamentos:** -29,71% (aguardando certificação para pagamento ou leilão de RP)
- **Saldo a Pagar:** +205,09% (aguardando leilão de RP)

Restos a Pagar	2018			2019		
	Processados (a)	Não Processados (b)	Total (c=a+b)	Processados (d)	Não Processados (e)	Total (f = d+e)
Inscrição até 31/12	2,077	0,768	<b>2,844</b>	2,411	0,715	<b>3,126</b>
Cancelamentos	0,053	0,488	<b>0,541</b>	0,181	0,245	<b>0,426</b>
Pagamentos	1,626	0,217	<b>1,843</b>	1,015	0,280	<b>1,295</b>
Saldo a Pagar	0,397	0,063	<b>0,460</b>	1,216	0,189	<b>1,404</b>

# Mínimo Constitucional Saúde (ASPS)

6º Bimestre: Janeiro a Dezembro de 2019

R\$ Bilhões



## Principais Conclusões:

- Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS): por quaisquer das 3 óticas houve o cumprimento do mínimo constitucional;
- Despesas realizadas no Fundo Estadual de Saúde – FES.

### RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

### DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

	Empenhadas	Liquidadas	Pagas
	2,354	2,320	2,303
Apuração do Limite Mínimo (%)	<b>12,35%</b>	<b>12,17%</b>	<b>12,08%</b>

Fonte: RREO – Anexo 12 – Demonstrativo de Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde ASPS – 6º Bimestre de 2018 e 2019

\* Limite Mínimo Constitucional com ASPS – art. 6º da LC 141/2012.



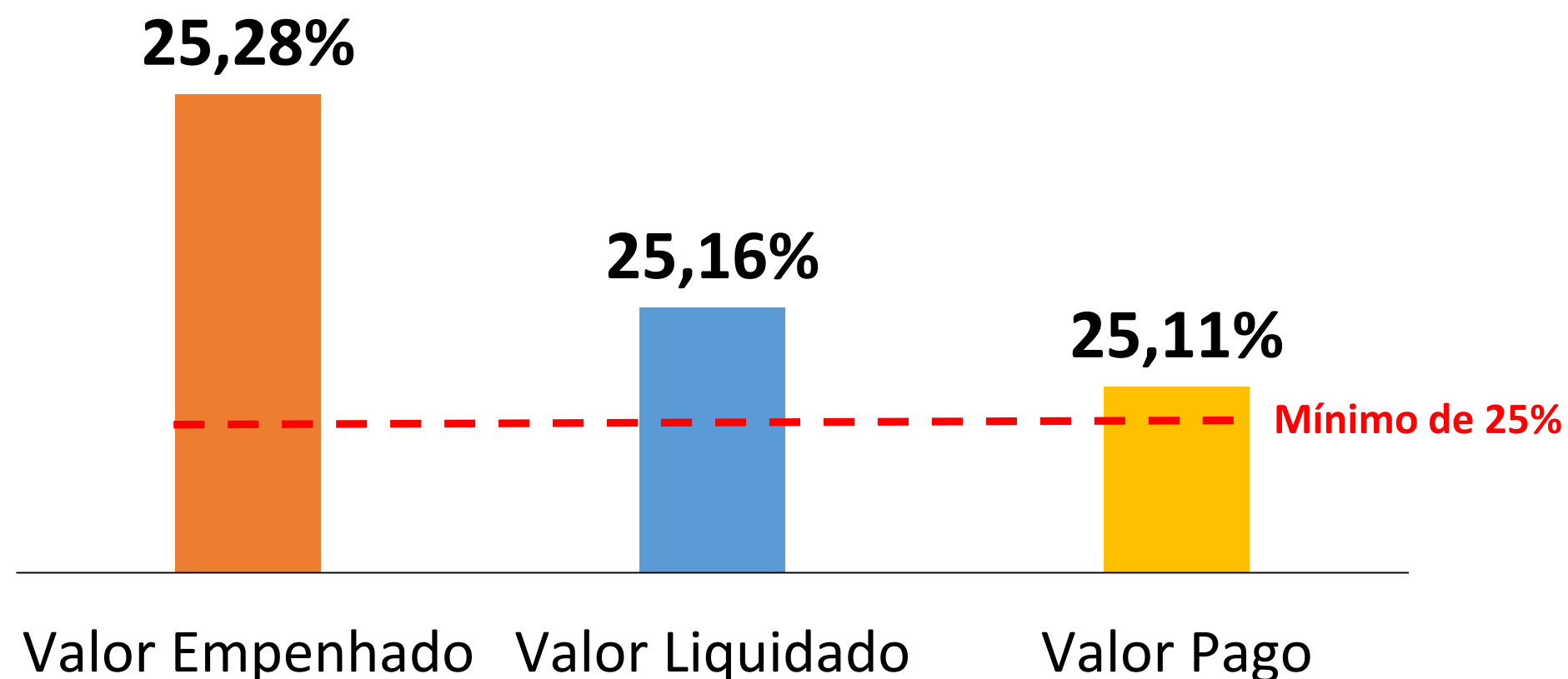
# Mínimo Constitucional Educação (MDE)

ECONOMIA  
Secretaria de  
Estado da  
Economia



6º Bimestre: Janeiro a Dezembro de 2019

R\$ Bilhões



## Principais Conclusões:

- Despesas com ações típicas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE): por quaisquer das 3 óticas houve cumprimento do mínimo constitucional;
- Além das despesas da SEDUC, contribuem para as despesas com MDE a SECTEC (Itegos), o Protege e a UEG.

RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	Acréscimos as Despesas para fins de limite mínimo (perda FUNDEB)	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		
		Empenhadas	Liquidadas	Pagas
19,061	-0,972	3,847	3,824	3,815
Apuração do Limite Mínimo (%)		<b>25,28%</b>	<b>25,16%</b>	<b>25,11%</b>

Fonte: RREO – Anexo 8 – Demonstrativo de Receitas e Despesas com Manutenção Desenvolvimento do Ensino - MDE – 6º Bimestre de 2018 e 2019

\* Limite Mínimo Constitucional de MDE: 25%, conforme art. 158 da CE/1989 e art. 212 da CF/1988.

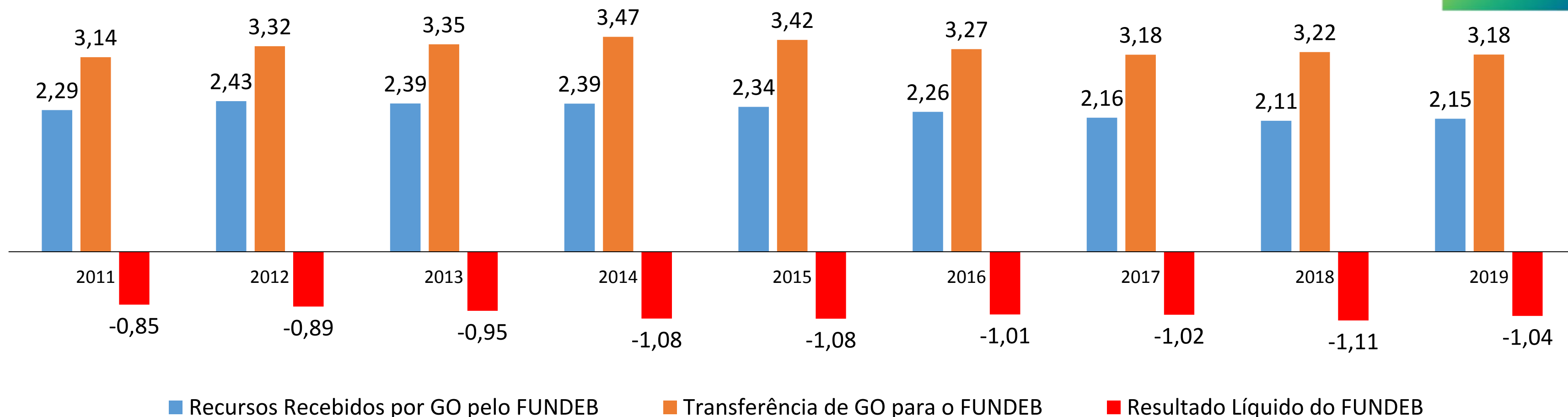
# Transferência Líquida do FUNDEB

ECONOMIA  
Secretaria de  
Estado da  
Economia



6º Bimestre: Janeiro a Dezembro de 2019

R\$ Bilhões



## Principais Conclusões:

- Entre 2011 e 2019, houve uma piora de 21,23% no resultado líquido das transferências recebidas pelo Estado de Goiás por meio do FUNDEB, em termos reais.

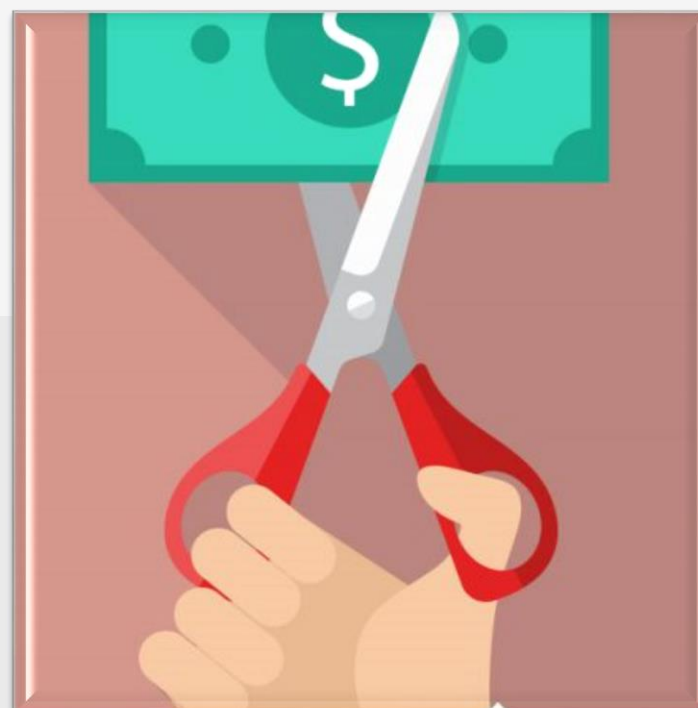
Fonte: RREO – Anexo 3 – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida- MDE – 6º Bimestre de 2011 a 2019

# Principais Resultados do RGF do 3º Quadrimestre de 2019

ECONOMIA  
Secretaria de  
Estado da  
Economia



Subsecretaria do Tesouro Estadual



Despesa Total com Pessoal (G.1)

R\$ 12,12 bi - DTP/RCL = 49,39%

(Despesas do Grupo 03 da Folha de  
Pessoal: R\$ 0,86 bi – 3,49% da RCL)

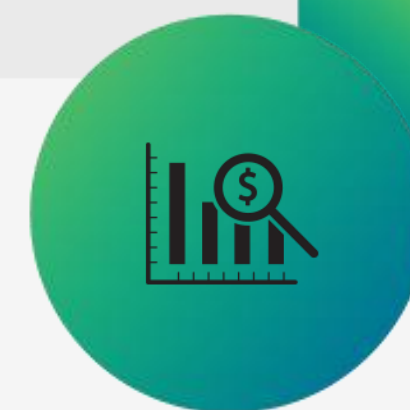
DTP (G.1 E G.3) = 52,88%

Dívida Consolidada:

R\$ 20,67 bi

DCL R\$ 19,22 bi

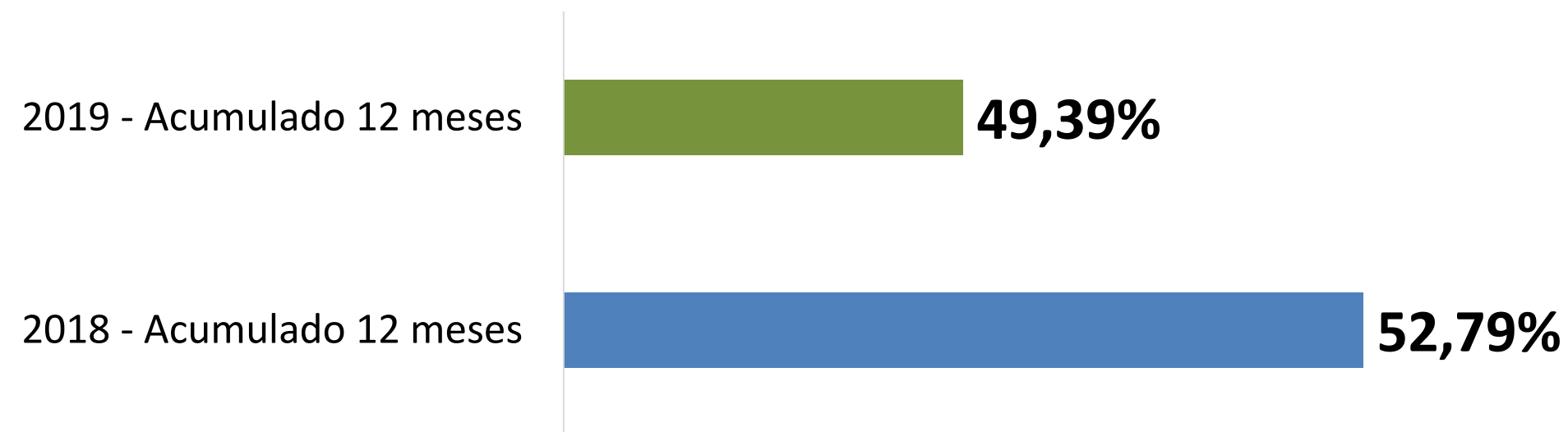
DCL/RCL = 78,31%



# Limites de Gastos com Pessoal - DTP

3º Quadrimestre: Janeiro a Dezembro de 2019 – Poder Executivo

R\$ Bilhões



	DTP/STN	RCL	DTP/RCL
2018 - Acumulado 12 meses	11,24	21,30	52,79%
2019 - Acumulado 12 meses	12,12	24,53	49,39%

	DTP	DTP/RCL	EXCED.
<b>DTP 3º Quad.19</b>	<b>12,12</b>	<b>49,39%</b>	-
<b>Limite Máximo</b>	<b>11,92</b>	<b>48,60%</b>	<b>0,194</b>
Limite Prudencial	11,33	46,17%	<b>0,791</b>
Limite de Alerta	10,73%	43,74%	<b>1,387</b>

## Principais Conclusões:

- ADI 6129 do STF suspendeu cautelarmente as EC nº 54/2017 e 55/2017, que excluía da Despesa Total com Pessoal - DTP os gastos com pensionistas e o IRRF dos servidores públicos estaduais;
- Nos termos do art. 23 da LRF, o Poder Executivo tem 2 quadrimestres para ajustar a DTP ao limite máximo (48,60% da RCL), corroborado pela ACO 3328 Goiás/STF.
- Com base no 3º Quadrimestre de 2019, o Poder Executivo atingiu 49,38% da RCL com DTP, devendo reduzir **R\$ 194.469.280 até agosto de 2020**.
- O Poder Executivo encontra-se **R\$ 790.504.553** acima do limite prudencial (46,17%), ficando sujeito às imposições do art. 22 da LRF.
- Quanto ao limite de alerta a redução deverá ser de **R\$ 1.386.539.826**.

# Dívida Consolidada Líquida

3º Quadrimestre: Janeiro a Dezembro de 2019

R\$ Bilhões

	2018 (A)	2019 (B)	Diferença (A-B)	Variação %
<b>Dívida Consolidada (I)</b>	<b>19,635</b>	<b>20,670</b>	<b>-1.035</b>	<b>5,27%</b>
Deduções (II) = (a+b)	0	1,454	-1,454	-
Disponibilidade de Caixa (a) = (a.1 – a.2)	0	1,454	-1,545	-
Disponibilidade de Caixa Bruta (a.1)	1,557	2,959	-1,402	90,00%
(-) Restos a Pagar Processados (a.2)	2,094	1,505	0,589	-28,13%
Demais Haveres Financeiros (b)	0	0	0	-
<b>Dívida Consolidada Líquida (III = I-II)</b>	<b>19,635</b>	<b>19,216</b>	<b>0,419</b>	<b>-2,13%</b>
<b>% da DCL sobre a RCL</b>	<b>92,19%</b>	<b>78,31%</b>	<b>-13,88%</b>	<b>-15,06%</b>

## Principais Conclusões:

- **Dívida Consolidada:** + 5,27%, devido a suspensão do pagamento da Dívida de R\$ 1,18 bilhão, a partir de maio de 2019 (ACO 3262 e 3286)
- **Dívida Consolidada Líquida:** - 2,13%.
  - ✓ Queda na DCL, devido a dedução da DC de 2019 em R\$ 1,45 bilhão, referente disponibilidade de caixa.
  - ✓ DCL/RCL em 2019 foi de 78,31%, porém, considerando os Passivos Contingentes do FUNAC/CELG D (R\$ 1,43 bi) e Ações Judiciais Protege, Fomentar, Produzir (R\$ 4,59 bi), a **DCL totalizará R\$ 25,23 bi**, equivalendo **102,83% da DCL sobre a RCL**

# Dívida Consolidada Líquida

ECONOMIA  
Secretaria de  
Estado da  
Economia



3º Quadrimestre: Janeiro a Dezembro de 2019

R\$ Milhões

## SUSPENSÃO DE PAGTOS DÍVIDA PÚBLICA GOIÁS - LIMINARES

		JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Dívidas alcançadas pela Liminar (19/06) Gilmar Mendes	CELGP	53,58	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	214,31
	CELG-D	60,91	28,57	29,90	30,30	28,40	30,19	27,42	235,69
	CEF PROINVEST	3,58	3,29	3,44	3,48	3,27	3,47	3,16	23,70
	BNDES PROP	0,00	24,89	0,00	0,00	24,80	16,95	15,37	82,01
	BNDES PROINVEST	2,56	2,35	2,45	2,49	2,34	2,48	2,26	16,91
	BB ESTRUTURANTE	0,00	0,00	167,64	0,00	0,00	0,00	0,00	167,64
<b>Subtotal I</b>		<b>120,63</b>	<b>85,89</b>	<b>230,22</b>	<b>63,05</b>	<b>85,60</b>	<b>79,87</b>	<b>75,00</b>	<b>740,26</b>
Liminar Dias Tóffoli	UNIÃO BB 8727	-	44,69	44,71	44,51	44,57	44,74	44,75	267,96
	UNIÃO BB 9496	-	18,51	18,52	18,59	18,70	18,62	18,66	111,60
<b>Subtotal II</b>		<b>0,00</b>	<b>63,20</b>	<b>63,23</b>	<b>63,09</b>	<b>63,27</b>	<b>63,36</b>	<b>63,40</b>	<b>379,56</b>
<b>Total Liminares RRF</b>		<b>120,63</b>	<b>149,09</b>	<b>293,45</b>	<b>126,14</b>	<b>148,87</b>	<b>143,23</b>	<b>138,40</b>	<b>1.119,81</b>
<b>Encargos com a Pendência Jurídica</b>									60,66
<b>Vencido e não pago total das Liminares</b>									<b>1.180,47</b>

Obs: os valores de junho incluem dívidas vencidas no mês de maio.

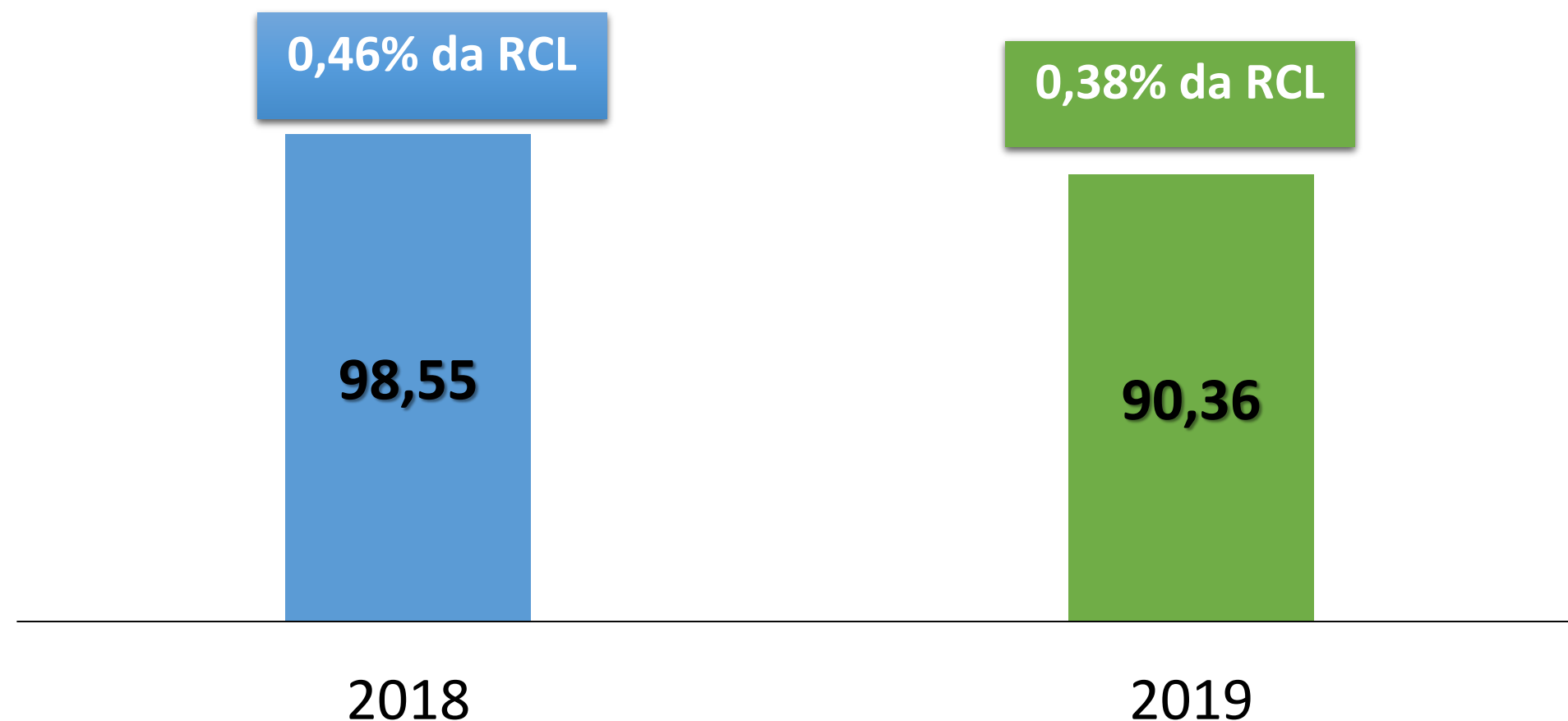
# Garantias e Contragarantias Concedidas

ECONOMIA  
Secretaria de  
Estado da  
Economia



3º Quadrimestre: Janeiro a Dezembro de 2019

R\$ Milhões



## Principais Conclusões:

- As garantias concedidas pelo Estado de Goiás foram para a SANEAGO.
- Queda de 8,31% no valor das garantias concedidas, entre 2018 e 2019;
- Como percentual da RCL, o total de garantias concedidas se encontra muito aquém do limite estabelecido pela Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

- *Limite Máximo definido pela Resolução nº43/2001 do Senado Federal : 22% da RCL.*
- *Limite de Alerta (90% do Máximo): 19,80% da RCL.*

# Operações de Crédito

3º Quadrimestre: Janeiro a Dezembro de 2019

R\$ Bilhões

- *Limite Máximo definido pela Resolução nº43/2001 do Senado Federal : 16% da RCL.*
- *Limite de Alerta (90% do Máximo): 19,80% da RCL.*

	2018	2019	Variação (%)
Operações de Crédito Internas e Externas	0,173	0,06	-96,42%
% da RCL	0,81%	0,03%	

## Principais Conclusões:

- Queda nas operações de crédito (96,42%) deve-se à **CAPAG “C”** do Estado, que não permite a contratação de novos empréstimos com aval da União;
- Como percentual da RCL, as operações de crédito se encontram muito aquém do limite estabelecido pela Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.



# SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA

Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt  
Secretária de Estado da Economia

Selene Peres Peres Nunes  
Subsecretária do Tesouro Estadual

Ricardo Borges de Rezende  
Superintendente Contábil

Alexandre Hatadani  
Gerente de Contas Públicas  
Marcelo de Mesquita

Gerente de Acompanhamento e Execução Contábil  
Levino Gonçalves

Gerente de Informações e Normatização Contábil

**Elaboração – GECOP**

Kátia Beatriz de Resende – Hidelgardes Sousa da Silva – Márcio  
Francisco da Silva – Wederson Xavier de Oliveira – Elza Aparecida de Sá

**Unidades Setoriais de Contabilidade**

Adriana Jesus Silva Batista – GoiasPrev  
Jefferson da Silva Pereira - SEDUC  
Maria Gilvana de Castro - SEAD  
Murilo Lara de Faria – SES

ECONOMIA  
Secretaria de  
Estado da  
Economia



**Obrigado**